

AMPLIANDO O DEBATE ENTRE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Carlos Frederico B. Loureiro¹
Maria Jacqueline Girão Soares de Lima²

A educação ambiental se consolidou como componente importante da educação brasileira. Para alguns, essa frase pode parecer um tanto quanto óbvia, mesmo admitindo-se as inúmeras fragilidades nessa relação. Contudo, aqueles que acompanham o histórico da área sabem que tal afirmação somente há poucos anos passaria a obter concordância e aceitação entre os que nela atuam.

A denominação educação ambiental se constituiu na radicalidade questionadora dos anos de 1960 na Europa. Seu contexto de criação era composto por pelo menos quatro “vetores” que foram decisivos para a definição dos seus princípios, diretrizes e orientações político-pedagógicas: (1) movimentos sociais diversos, “clássicos” e “novos”; (2) a contracultura e grupos “alternativos”; (3) os padrões de conservação da natureza promovidos por antiga tradição científica e por grupos voltados para a preservação natural, que tinham a finalidade de garantir a sobrevivência de ecossistemas e da biodiversidade; e (4) os intensos debates políticos e filosóficos da ecologia política, com caráter de questionamento radical à sociedade capitalista e aos modos de vida dominantes (eurocêntricos), e seus intrínsecos processos de uso insustentável dos recursos naturais e expropriação do trabalho. Estavam no cerne das inquietações ambientalistas à época, questões como: Qual é o meu direito em satisfazer certas necessidades quando isso pode afetar a vida de outro? Que padrão societário pode garantir uma vida humana digna, sem destruir as possibilidades de reprodução das demais espécies que co-habitam o planeta? Qual é o sentido da existência humana? Como produzir respeitando os ciclos naturais e satisfazendo as necessidades vitais humanas?

Todavia, observa-se que o campo da educação exerceu papel secundário em tais movimentos e debates. Além disso, esse sentido de simples recusa “ao que está aí” ou de negação do padrão societário dominante não teve rebatimento imediato no Brasil, apesar de ser anterior ao tardio diálogo com a educação. Os motivos são facilmente identificáveis. A literatura especializada por inúmeras vezes destacou que a educação ambiental teve seu início

¹ Doutor em Serviço Social. Professor da Faculdade de Educação – UFRJ. Contato: floureiro@openlink.com.br

² Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação – UFRJ: Contato: jaclima@centroin.com.br

reconhecido publicamente nos anos de 1970, durante a ditadura militar, por dentro do aparato estatal ambiental e em (poucas) organizações ambientalistas de cunho mais conservacionista (cujas principais lideranças eram militares). Nessa época, não poderia ser diferente, a educação ambiental foi reduzida pelo discurso dominante à transmissão de conhecimentos ecológicos, ao ensino de técnicas e de comportamentos ecologicamente viáveis, mesmo que pudessemos identificar algumas falas e práticas mais políticas em pessoas e grupos.

Nos anos de 1980, com o processo de “redemocratização”, esse cenário começa a se reverter, o que não significou um imediato diálogo entre educação e educação ambiental. Basicamente, a educação aparecia em eventuais debates relativos ao caráter disciplinar e/ou interdisciplinar da educação ambiental (algo que depois virou dogma, apesar de nunca resolvido, só voltando a ser enfrentado novamente nos últimos anos com a entrada da discussão curricular na produção da área), na publicação de um parecer do antigo Conselho Federal de Educação e outro da Secretaria Municipal de Educação de Santos sobre o assunto, e em iniciativas de inserção via disciplina ou projeto nas escolas públicas. Cabe recordar que as práticas escolares, via de regra, eram direcionadas por diretores e coordenadores pedagógicos para professores de ciências, biologia e geografia, que tinham a incumbência de fazer a educação ambiental escolar.

Nessa época, porém, a organização dos primeiros grupos ambientalistas que afirmavam que as causas dos problemas ambientais estavam na organização social e a incorporação da questão ambiental por educadores populares, adeptos do método Paulo Freire, além dele mesmo, são os responsáveis diretos por uma alteração discursiva com fortes críticas aos reducionismos biológicos, à simplificação da educação à transmissão de conhecimentos e à sua instrumentalização. Assim, mesmo sem uma formulação precisa a partir da educação, o questionamento ao sentido educativo da educação ambiental passa a ser importante tônica dos debates, afetando os futuros caminhos trilhados.

Apesar de numericamente minoritários à época, ambientalistas e educadores populares, juntos ou não, passam a influenciar não só a formulação teórica, mas também a produção de ações e projetos na educação ambiental. Mas, como foi dito, ainda não é nesse momento que a educação, no que se refere às instituições escolares, ao debate acerca da especificidade educativa e pedagógica da educação ambiental, à definição de políticas por parte de MEC e secretarias de educação e à produção acadêmica, assume um maior protagonismo e influência. A aproximação educação ambiental e educação estava apenas começando e com um grau de

criticidade bastante modesto na análise das políticas públicas em educação e suas implicações nas instituições escolares e no tratamento da questão ambiental.

Após a realização da Rio 92, há um aumento considerável de professores e demais trabalhadores da educação, escolas e universidades envolvidos com a educação ambiental. E ao longo da década de 1990 observam-se as primeiras ações concretas de maior envergadura do MEC, que promove iniciativas de formação de professores, cria o primeiro Programa Nacional de Educação Ambiental e institui o tema transversal meio ambiente nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

É de fato na década de 2000, particularmente após 2002, com o início do governo Lula, que se pode dizer que a relação se consolida. Há nesse momento vários acontecimentos que merecem destaque.

Em termos institucionais-normativos, são publicados a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em 1999, e seu decreto de regulamentação, em 2002, com o respectivo início do funcionamento do Órgão Gestor da PNEA, que possui paridade entre MEC e MMA. Observamos também logo em seguida ao estabelecimento da PNEA, o avanço intenso da institucionalização da educação ambiental, tanto no âmbito escolar quanto da gestão ambiental, com a publicação de inúmeros documentos técnicos oficiais, normas, diretrizes, materiais de apoio à formação, políticas estaduais e municipais.

Nesse contexto, o MEC intensifica várias ações e consegue contribuir para praticamente universalizar a presença da educação ambiental nas escolas. Em pesquisa realizada em 2006, cerca de 96% das escolas brasileiras declararam realizar a educação ambiental (seja como projeto, disciplina, tema transversal, via projeto político pedagógico, integração entre duas ou mais disciplinas, entre outras opções não necessariamente excludentes entre si), com patamares quantitativos bastante equivalentes entre todas as regiões do Brasil.

Todavia, seria um erro dizer que foi exclusivamente a ação de Estado que gerou a incorporação da educação ambiental pela educação. Esta só se materializou pelo reconhecido movimento de professores e alunos que por iniciativa própria criaram grande parte das ações escolares. Até porque, apesar da inegável contribuição ministerial e de secretarias de educação, estas, no geral, fomentaram muito mais processos de fora para dentro da escola, via projetos de parceria com ONGs e empresas e fomentando debates com ambientalistas e educadores ambientais, com reduzida interlocução e construção conjunta com os pesquisadores e trabalhadores da educação e suas formas de organização. E essa baixa

interlocução com o “mundo do trabalho” da educação se refletiu, por exemplo, em reduzidas análises acerca das possibilidades de uma educação ambiental de cunho mais crítico, amplamente assumida nos documentos de referência do campo e suas normatizações, em um contexto de políticas públicas, particularmente as educacionais, moldadas pela reorganização do Estado para atender aos processos mundializados da economia de mercado.

No âmbito federal, a ação por praticamente toda essa década de 2000 também se voltou para esse movimento do exterior para o interior escolar, com reduzida influência da Coordenação Geral de Educação Ambiental, localizada na SECAD, junto às políticas centrais da educação brasileira (currículo, formação de professores, gestão escolar, autonomia da escola pública etc.). Era como se a educação ambiental fosse um sistema próprio que por vezes interagia com a educação, algo bastante distinto de se ter uma política em que sua especificidade se estabelece ao se constituir por dentro da dinâmica do campo da educação.

Ainda na década de 2000, merece destaque o avanço da produção em pesquisa na educação ambiental, com considerável participação de programas de pós-graduação em educação, apesar de não serem os mais representativos numericamente. No entanto, há estudos que indicam que acima de 50% das dissertações, teses e trabalhos científicos podem ser classificados como “educação ambiental escolar”³, envolvendo práticas escolares, políticas públicas com foco na escola, formação de professores e currículo.

Em 2005, após dois anos funcionando como Grupo de Estudos, a educação ambiental alcança status de Grupo de Trabalho na Anped (GT 22) e conta desde então com um constante crescimento de trabalhos apresentados, com ampla representatividade nacional.

Em termos de dossiês em periódicos especializados da educação, em 1993 o *Caderno Cedes* publicou um histórico número sobre a educação ambiental, mas as iniciativas se concentraram ao longo da década de 2000. Podemos lembrar, por exemplo, do dossiê novo do próprio *Caderno Cedes* em 2009, cuja segunda edição saiu em 2012, e outro feito pela *Educar em Revista* em 2006. E o recente número da revista *Perspectiva*, publicado em 2012. Há ainda sessões destinadas à educação ambiental em revistas como a *Educação Pública*, mas, apesar da importância destas e outras experiências editoriais, além de alguns periódicos específicos

³ Com base nos estudos sobre conhecimento e cultura escolar, autores do campo da Educação ambiental e/ou do Currículo (LIMA, 2011; OLIVEIRA E FERREIRA, 2009; GOMES, 2008) têm se referido às produções escolares de educação ambiental (conhecimentos provenientes, em sua maioria, da Ecologia e da Educação Ambiental, resignificados para o contexto escolar) como [WINDOWS-1252?]“educação ambiental escolar”.

da área, ainda é reduzido o número de artigos de educação ambiental no conjunto dos periódicos da educação inscritos no Qualis Capes.

Com isso, chegamos ao dossiê da *Revista Contemporânea de Educação*, da Faculdade de Educação da UFRJ.

Ao elaborarmos um breve resgate da trajetória recente da relação entre educação e educação ambiental, buscamos evidenciar, em primeiro lugar, a importância de iniciativas como essa no âmbito dos periódicos estritamente da educação, destacando que, ao fazer isso a Faculdade de Educação explicita seu reconhecimento da relevância da educação ambiental e contribui para sua consolidação nos debates do campo da educação. Não menos importante, reforçamos a pertinência do tema para qualquer área do conhecimento que se proponha entender e enfrentar esse inquietante cenário de intensificação da degradação da base natural da produção da vida e de necessárias mudanças para que não se inviabilize a sobrevivência humana no planeta. E, certamente, a educação não pode se ausentar de tamanho desafio.

Assim posto, compõem esse número da *Revista Contemporânea de Educação* autores e temáticas representativas para pensar fundamentalmente a realidade da educação ambiental escolar, sem nesta necessariamente se esgotar.

O primeiro artigo, *Políticas Públicas de Formação de Professores e de Educação Ambiental: Possíveis Articulações*, de autoria de Maira G. Oliveira e Luiz Marcelo Carvalho, traz uma importante descrição e reflexão crítica das políticas federais em educação e em educação ambiental, no que se refere ao tema explicitado no título, que ajuda a situar a debate no campo educacional e as “ausências” observadas nessas políticas, que tendem a colocar de modo impreciso o que se entende por formar em/para as questões ambientais e minimiza o componente teórico do processo formativo, enfatizando a dimensão técnica. As políticas de educação ambiental, por sua vez, são vagas quando falam em formação, apesar de indicarem a relevância da crítica à organização social. Todavia, os autores ressaltam que há um agravante do ponto de vista da educação ambiental: a baixa compreensão do que são, suas implicações e a quem servem as políticas públicas produzidas na fase neoliberal do governo federal nos anos 1990 e 2000.

O artigo *A educação ambiental na escola básica: reflexões sobre a prática dos professores*, de Marília Tozoni-Reis, apresenta estreita ligação temática com o primeiro texto. Complementam as análises sobre as políticas públicas educacionais, enfatizando a precarização (proletarização) do trabalho docente, o que traz consequências sérias à educação

ambiental escolar. De modo muito direto, evidenciam o quanto sua prática tende a ser reduzida aos aspectos técnicos e individuais, a uma autonomia obtida exclusivamente na prática escolar e limitada a esta. Na conclusão, argumentam que esse aspecto, associado ao modo “periférico” como a educação ambiental chega e se estabelece no currículo escolar, leva à reprodução de uma educação ambiental preponderantemente incompatível com uma perspectiva crítica. E, não menos importante, destacam a importância de se afirmar a autonomia do professor por seu compromisso público e esforço político de disputar e construir as propostas educativas, para além do cotidiano escolar.

No artigo que elaboramos, *A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital*, destacamos as disputas de sentido na educação ambiental e nos discursos sobre sustentabilidade. Argumentamos que a hegemonia discursiva da sustentabilidade procura negar os conflitos sociais e as desigualdades em nome da conciliação de classes, da parceria público-privado e da solidariedade, como se todos estivéssemos movidos por objetivos comuns e por um “espírito cooperativo” que a questão ambiental nos coloca em nome da “salvação planetária”. Esse deslocamento discursivo que ideologicamente desconsidera a materialidade das relações sociais e as contradições existentes nos diversos projetos políticos que visam a sustentabilidade é reproduzido nos projetos de educação ambiental escolares promovidos por ONGs e empresas que intensificam sua atuação nesses espaços. A consequência é a redução da autonomia da escola pública e a desvalorização do trabalho docente e dos conteúdos curriculares, criando limites objetivos à prática crítica em educação ambiental.

O artigo de Eunice Trein, *Educação ambiental crítica: crítica de que?*, dialoga com os anteriores e ajuda a pensar sobre o conteúdo da crítica frequentemente assumida por pesquisadores do campo da educação ambiental. Afinal, se problematizamos os limites e possibilidades da perspectiva crítica em educação ambiental no contexto escolar, o que se deseja com esta? Para tanto, de modo muito direto e em diálogo com autoras de referência na educação ambiental, coloca em discussão vários aspectos que contribuem para definir qual educação ambiental se quer nas escolas e que, em última instância, possibilitam colocar em discussão quais são os projetos societários que estão em disputa e que se materializam nas práticas e nas políticas públicas em educação ambiental.

O artigo *Apropriações da concepção educacional de Paulo Freire na educação ambiental: um olhar crítico*, de Juliana Rezende Torres e Sylvia Regina Pedrosa Maestrelli, traz um

debate que há muito precisava ocorrer na educação ambiental. Paulo Freire é o nome mais citado e mencionado em trabalhos e discursos na área, contudo, poucas pesquisas e estudos se propunham a compreender como esta apropriação se estabeleceu e de que forma a sua proposta pedagógica é utilizada. Por meio de cuidadosa pesquisa e classificação do uso de Paulo Freire na educação ambiental, confrontando com alguns de seus conceitos determinantes para a construção e aplicação do “método”, concluem que sua obra é pouco conhecida e apontam para os usos nem sempre adequados ao que o autor defendia. Assim, sugerem não só um resgate da obra de Paulo Freire, mas também que a abordagem temática freireana seja adotada na concepção curricular em educação ambiental.

O artigo *Uso do conhecimento evolutivo na tomada de decisão de estudantes do ensino médio sobre questões socioambientais*, produzido por um importante grupo de pesquisadores da UFBA e da UEFS, ao retomarem a discussão sobre a aplicação de conhecimentos científicos no cotidiano dos estudantes, fazem esta discussão com foco na relação entre conhecimento evolutivo e questões socioambientais. Após breve e necessária discussão sobre o conhecimento científico na educação, destacam de modo coerente a importância do conhecimento evolutivo para a conexão entre os conhecimentos na biologia e destes com outras ciências, e para o enfrentamento dos problemas da conservação e os socioambientais. Contudo, depois da análise das respostas de 158 estudantes de escolas baianas do ensino médio, verificaram que os mesmos não mobilizam os conhecimentos evolutivos para tomadas de decisão em questões socioambientais, o que exige maior esforço da comunidade escolar no ensino da evolução.

O artigo de Edgar J. González-Gaudiano, *Educación y cambio climático: aporte de las representaciones sociales*, com base em uma revisão internacional sobre o tema, categoriza as formas como as mudanças climáticas são tratadas e reconhece a precária apropriação desse debate no nível pedagógico, o que compromete as práticas em educação ambiental. O autor traça um panorama internacional que ajuda a pensar em estratégias do ponto de vista pedagógico e da comunicação.

Encerramos o dossiê com o artigo de Philippe P. Layrargues, *Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica*. Neste, o autor, que vem pesquisando há muitos anos as tendências da área, ao descrever as atuais perspectivas político-ideológicas, constata que há uma hegemonia do pragmatismo no enfrentamento da crise ambiental. Ao

final, sistematiza elementos que podem compor uma estratégia política de enfrentamento às contradições internas à educação ambiental e de articulação com outras forças sociais comprometidas com a transformação social que ajudem a superar um tratamento pragmático dos processos educativos ambientais.

É, portanto, um dossiê diverso em temáticas, que traz conhecimentos e reflexões relevantes sobre a educação ambiental e desta em suas relações com/na educação.

Boa leitura!